

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MARTA IONE SILVA SANTOS

RELAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO DAS FALAS NA ESCOLA

Florianópolis
2016

MARTA IONE SILVA SANTOS

RELAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO DAS FALAS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Tânia Regina Oliveira Ramos

Co-orientadora: Talita Coelho

Florianópolis

2016

MARTA IONE SILVA SANTOS

RELAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO DAS FALAS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

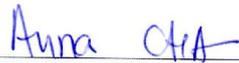
Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

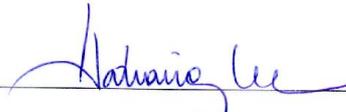


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Anna Carolina Horstmann Amorim



Tatiana Lee Marques



Paula Cabral

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Noé, minha mãe Genecy, minhas irmãs, meu irmão, sobrinha e sobrinho.

AGRADECIMENTOS.

À professora Tânia Regina Oliveira Ramos e à Co-orientadora Talita Coelho, pela paciência na orientação e incentivo para a produção desta monografia.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vêm sendo extinta e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

Perceber o papel da fala e da linguagem na socialização de gênero na escola pública de ensino fundamental, anos finais e médio estando localizadas no extremo sul catarinense, como as falas ditas de maneira tão natural pelos docentes e discentes, muitas vezes estão carregadas de preconceito e discriminação em relação às mulheres, homossexuais, pobres, negras e negros utilizando conotações pejorativas. A linguagem é uma construção sociocultural na qual esta impressa o pensar e agir das pessoas. Há a necessidade de se pesquisar, e buscar maneiras de intervenções na comunidade escolar para desconstrução dessas falas machista, paternalista e preconceituosa, tão impregnada em nossa sociedade. Portanto a necessidade e urgência de se promover essa reflexão no campo educacional entre os atores envolvidos para uma mudança cultural, utilizando também o manual para o uso não sexista na linguagem.

Palavras- chave: Gênero. Discriminação. Linguagem. Escola.

ABSTRACT

To understand the role of speech and language in the socialization of gender in primary and secondary education in public school in Santa Catarina state, as well as the speeches spoken so naturally and pejoratively by teachers and students, often full of prejudice and discrimination in relation to women, homosexuals, the poor ones, black women and black men. Language is a sociocultural construction in which the thinking and acting of people are imprinted. There is a need to research and seek ways of intervention in the school community to deconstruct these macho, paternalistic and prejudiced speeches so impregnated in our society. Therefore, there is a need and urgency to promote this reflection in the educational field among the actors involved for a cultural changing, also using the manual for non-sexist use in languages.

Key words: Speaking. Genre. School. Speech.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de professoras e professores que responderam ao questionário	22
Gráfico 2 - Formação Acadêmica.....	23
Gráfico 3 - Discussão das relações de gênero na escola	23
Gráfico 4 - Percepção da diferença de Gênero na escola.....	23
Gráfico 5 - Percepção sobre discriminação de gênero em sala de aula.....	23
Gráfico 6 - Formação sobre a temática de gênero e diversidade.....	25
Gráfico 7 - Palavras sexistas em relação às mulheres	25
Gráfico 8 - Percepção sobre o uso discriminatório da fala e da linguagem.....	26
Gráfico 9 - Estudo sobre o sexismo	27
Gráfico 10 - Machismo na Língua Portuguesa.....	27
Gráfico 11 - Uso de linguagem menos sexista	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IDG – Índice de Desigualdade de Gênero

PPP – Proposta Político Pedagógica.

PCNs – Proposta Curricular Nacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DA LITERATURA	14
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	18
3.1	TIPO DE ESTUDO	18
3.2	PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	18
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA DE ESTUDO.....	19
3.4	COLETA DE DADOS.....	19
3.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	20
3.6	ROL DE FALAS E PALAVRAS DISCRIMINATÓRIAS EM RELAÇÃO A GÊNERO ESCUTADAS NA UNIDADE ESCOLAR.....	20
4	ANÁLISE DOS DADOS	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORAS E PROFESSORES	34
	APÊNDICE 2 – RESPOSTAS À QUESTÃO 14	35

1 INTRODUÇÃO

O tema pesquisado e discutido em uma escola pública estadual de ensino fundamental, anos finais e médio localizada no extremo sul catarinense, de base econômica agrícola e com sete mil habitantes. O foco da pesquisa foi uma análise da fala e da linguagem no campo de estudos de gênero e a sua interferência no cotidiano escolar e social e como a mesma acontece no cotidiano, na forma em que elas se repetem, a partir das observações das falas e discursos normalizados na unidade escolar.

Segundo Borgatto a linguagem é a expressão individual e social do ser humano e, ao mesmo tempo, o elemento comum que possibilita o processo comunicativo entre os sujeitos que vivem em sociedade.

Na busca pela comunicação os seres humanos desenvolveram diferentes formas de expressão, como a linguagem verbal, linguagem visuais, linguagem corporal e também a linguagem sonora.

Os tipos de linguagem existentes permitem desenvolver diferentes formas de diálogo e comunicação entre as pessoas, podendo ser verbal cuja unidade básica é a palavra falada ou escrita, já a linguagem não verbal utiliza o gesto, o movimento a imagem, a linguagem mista usa além da escrita, a fala e a imagem reunindo, portanto as diferentes linguagens para desenvolver a comunicação e abarcar um público maior. A linguagem digital mais recente permite armazenar e transmitir informações em meios eletrônicos sendo também a mais utilizada pela maioria da juventude.

Portanto de todas as linguagens criadas, a verbal é a mais utilizada, a partir dela é possível expressar ideias ou sentimentos, interagir na sociedade, defender direitos, e registrar acontecimentos.

A escrita é linguagem verbal, pois a mensagem é criada por meio de palavras, a linguagem é verbal também quando conversamos por meio da linguagem verbal oral, usando palavras, e as vezes a linguagem corporal colaborando na comunicação oral com gestos, olhares, expressões completando o sentido do que fazemos.

O papel que a escola desempenha é muito importante na socialização de gênero, como possibilidade de desconstruir a fala e a linguagem, que se perpetuam dentro do currículo aberto e do oculto, este se refere sob estereótipos e condutas de gênero, reforçando estigmas quando se fala dos papéis adequados para mulheres e homens em uma sociedade. Portanto, através da amostragem recolhida na própria comunidade da escola houve a necessidade de

discutir com a comunidade escolar sobre o uso da fala transformada por discurso mais respeitoso e igualitário.

Dessa forma ao sensibilizar nosso professorado, educandos e educandas para uma mudança nas relações cotidianas e no processo de comunicação, assim a comunidade escolar estaria transformada pela cidadania e por direitos iguais marcados pela própria linguagem.

A escola, desde sua criação, distinguiu e separou sujeitos: distinguia quem tinha e quem não tinha acesso a ela e, nela separava adultos de crianças, católicos de protestantes, negros de brancos, ricos de pobres, meninos de meninas (LOURO, 1997). Importante ressaltar que houve um tempo em que esta distinção era ainda mais segregadora e tinha respaldo na legislação, uma vez que havia, por exemplo, leis que proibiam que escravos, africanos libertos e mulheres frequentassem as escolas (SANTA CATARINA, 2014).

Sabendo-se que a linguagem é uma construção sociocultural e que necessita de intervenções frente à desigualdade de gênero persistente ainda hoje, e que palavras, discursos e falas são usados para estigmatizar pessoas ou grupos, portanto a necessidade de discutir com a comunidade escolar sobre o uso da fala, e a necessidade de mudar o discurso por um discurso mais respeitoso e igualitário. Dessa forma com o uso diário das falas e discursos politicamente correto e sensibilizando nosso educando para essa mudança, esses se tornarão pessoas mais respeitadas e garantirão a luta pela cidadania e direitos iguais.

Dessa maneira faz-se necessária a desconstrução da cultura machista, paternalista e preconceituosa em nossa sociedade. A desigualdade de gênero é discutida mundialmente e os estudos referentes ao Índice de desigualdade de gênero (IDG), mostram dados concretos dessa disparidade entre homens e mulheres, sejam no campo de trabalho, em que mulheres têm seus salários trinta por cento menores que dos homens, trabalhando na mesma função, muitas vezes tendo um grau de instrução superior e tripla jornada de trabalho. Sem falar no assédio físico, moral e psicológico da qual convivem diariamente, inclusive nas instituições de ensino e a violência doméstica. As formas como as relações de gênero se dão na sociedade, seja no âmbito familiar se estendendo a escola, é visível perceber nas falas dos docentes e discentes ditas com conotação pejorativas, estando estas muitas vezes carregadas de preconceito e discriminação em relação à mulher, homossexuais, negros e pobres. Desde a antiguidade o papel da mulher tem sido de muita luta contra a dominação e submissão que é constantemente submetida pela estrutura social, familiar e de trabalho.

A doutrina teológica da limpeza de sangue, que estruturou a sociedade ibérica dos fins da Idade Média, tinha uma posição central entre os valores sócio-culturais metropolitanos. A noção da limpeza de sangue ganhava forma a partir da ideologia genealógica que fundamentava o status e as honrarias sociais no nascimento legítimo como prova de “sangue” puro, garantido pelo controle dos homens sobre a pureza

sexual das mulheres, para assegurar sua virgindade antes do casamento e a castidade depois. A linguagem da limpeza de sangue prevaleceu nas Américas coloniais portuguesas e espanholas seguramente até o século XIX. Seu sentido simbólico na sociedade colonial começou a mudar radicalmente, porém, já no século XVIII. Muito já foi escrito sobre a aplicação dos estatutos de pureza de sangue pela Inquisição espanhola e sobre o ambiente de desconfiança e apreensão que as investigações genealógicas provocaram na Península Ibérica (SICROFF, 1979; SANGUINETTI, 2000, p. 106; e ZÚÑIGA, 1999).

A questão na linguagem se dá na resistência da sociedade em utilizar palavras e expressões inclusivas e não discriminatórias para com as mulheres, a maioria das pessoas não percebem ou não querem perceber para mudar essa situação.

Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

Alguns trabalhos a nível nacional e estaduais foram realizados, como o manual para o uso não sexista na linguagem do estado do Rio Grande do Sul, a fim de usá-lo nas repartições públicas, já na escola não encontrei algo semelhante, sendo necessário o acesso a esse manual para discutirmos a temática da fala e linguagem menos sexista. Os recortes do manual para o uso não sexista da linguagem visam fazer uma correlação com o tema estudado e discutido sobre a fala e a linguagem usual falada na unidade escolar, no quesito de discriminação e preconceito em relação às questões de gênero, principalmente o sexismo realizado contra as mulheres na sociedade.

A língua em si não é sexista como sistema, mas o que é sexista é o mau uso que se faz dela, uso consolidado, aceito e promovido pela sociedade. Em todas as línguas existem diversos recursos para incluir mulheres e homens sem preconceito ou omissão de umas e outros. Mas, isso raramente é feito. Por outro lado, a língua é um instrumento flexível, em evolução constante, que pode ser perfeitamente adaptada a nossa necessidade ou ao desejo de comunicar, de criar uma sociedade mais equitativa ((MEANA, Teresa. 2014. p25 à 26: Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz bem se entende).

O presente estudo teve por objetivo geral a análise de falas comuns discriminatórias, manifestadas por alunos. Analisar as falas mais usuais com a finalidade de fazer reflexão, sensibilização e desconstrução de parte das falas sexistas. A linguagem sociocultural construída há muito tempo revelam discriminação de gênero, portanto os objetivos específicos, tem a finalidade de uso de uma linguagem que respeite a igualdade de gênero no âmbito escolar e social. Utilizar o manual para o uso não sexista na linguagem para

nortear a importância do papel da linguagem, como agente socializante de gênero no cotidiano escolar, onde o que se fala muitas vezes é corriqueiro, desempenhando um papel normalizado de invisibilidade e discriminação de pessoas com a finalidade de converter essa situação.

A relevância social do problema a ser investigado sobre a fala sexista em relação a gênero, faz-se necessária frente aos conflitos entre educando dentro da sala de aula e educadoras (es) agredidos verbalmente nesse local de trabalho. Como se dá a linguagem no campo de estudos de gênero, e sua interferência no cotidiano social na esfera da unidade escolar. A partir de falas e discursos normalizados, abordar essa temática no sentido de gênero são utilizadas no cotidiano escolar e como elas se repetem e se reproduzem, sendo também nesse espaço que se deve começar a desconstruir essas falas, chamando atenção sobre o seu fazer diário, realizado o levantamento, listando as palavras preconceituosas e discriminatórias, a partir desse momento chamar para a discussão realizando alternativas para essa problemática. A importância política e social desse trabalho com viés de garantir a cidadania, igualdade de gênero e direitos humanos, para construção de uma sociedade mais justa e mais respeitosa as diferenças.

Conforme Joana Maria Pedro (2005p. 116-117), o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, diz que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não tem sexo e que os movimentos feministas e de mulheres, na década de 80, passaram a usar a palavra gênero, com a finalidade de mostrar que as diferenças que constavam nos comportamentos, não eram dependentes de sexo como questão biológica, mas sim eram definidos pelo gênero e, portanto ligadas à cultura.

A escola e o Estado têm responsabilidade na socialização de gênero, ao transmitir dentro do currículo aberto e do oculto, estereótipos e condutas de gênero, reforçando dessa maneira o sexismo, no entanto é dever da escola modificar essa conduta, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando as diferenças.

Segundo Ariane Leitão (2014, p.13):

A equidade de gênero na linguagem só será garantida a partir do momento em que se repensar a forma como o tema é tratado nos ambientes educacionais, hoje disseminadores da dominação masculina nos discursos, principalmente quando não identificado o sexo da pessoa a quem se refere. Utilizando o feminino e o masculino para tratarmos de grupos mistos estará ampliando a visibilidade das mulheres em todas as esferas sociais, publicizando a participação feminina que sempre existiu na construção histórica do estado e do país, mas nem sempre destacada. Com discursos e documentos oficiais do Governo que incluam expressões no feminino, garantiremos a maior visibilidade das mulheres e caminharemos rumo à mudança cultural e social tão necessária em nosso Estado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Estudos realizados sobre o feminismo, e como o conceito de gênero vem sendo utilizado para discutir as desigualdades persistentes em nossa sociedade, em relação às mulheres. A análise das diferenças e igualdades entre os sexos permitiu que não só se pensasse nessas questões entre os sexos, mas também dentro deles: “não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e homens: O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar construções culturais. Para Louro, o conceito de gênero está ligado ao campo social,

Pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua condição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação(LOURO,1997,P.22).

Os movimentos feministas sempre tiveram pautados na luta contra a opressão e pela busca da visibilidade da mulher na sociedade. Primeiramente os movimentos feministas estiveram pautados na elite francesa e estadunidense que buscavam seus direitos políticos e de trabalho, mas é lógico que as mulheres de camadas populares já trabalhavam na lavoura ou em fábricas, mas não tinha direitos trabalhistas reconhecidos, se considerarmos o dia oito de março onde se comemora o dia internacional da mulher, e só saber o motivo histórico desumano, em que as trabalhadoras foram mortas na fábrica, pois sua reivindicação era referente aos seus filhos, e o lugar para que os mesmos ficassem enquanto trabalhavam.

A segunda onda refere-se do direito ao corpo, surge então a pílula anticoncepcional que também não deixou de ser uma maneira de controle sobre as mulheres. Na França o movimento feminista não aceitou esse domínio, diferentemente das norte americanas que adotam, mas utilizam-na como uma forma de resistência contra o machismo. A inserção das mulheres no mundo do trabalho é pouco reconhecida, mas se recorrermos às guerras percebe-se que essas ficaram trabalhando nas indústrias e fábricas, enquanto os homens foram para as batalhas e várias delas estiveram nas frentes de batalha, mas muito pouco ou quase nada se fala da importância do papel das mulheres para a economia desses países.

Nos livros não aparece essa visibilidade das mulheres, não há reconhecimento por parte do patriarcado, da fundamental e efetiva ação das mulheres nesses períodos.

A terceira onda que está acontecendo até os dias de hoje se refere às múltiplas lutas que as mulheres em pleno século XXI têm que fazer embates constantes para garantir direitos que ainda não são respeitados, buscando-se via políticas públicas e jurídicas. No Brasil hoje temos delegacia especializadas para mulheres, para atender casos de abuso sexual, violência doméstica, assédio moral. A lei do feminicídio aprovada em 2015 e a lei Maria da Penha, estas duas leis tem a finalidade de inibir um pouco mais esse machismo, que vê a mulher como objeto, propriedade, seres inferiores sendo necessárias políticas públicas que, de fato, dêem respaldo a essas demandas.

Bucci (2002, p. 94), conceitua “política pública como um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos”. É, então, um mecanismo para buscar a efetivação de direitos e reduzir as desigualdades sociais, ou seja, agir a respeito de desigualdades sociais para ajudar na construção de relações igualitárias para todas/os.

Acredita-se que além do aparato jurídico faz-se necessário uma educação escolar que dê visibilidade também ao direito e respeito às mulheres, bem como toda e qualquer diversidade, sendo que está não pode renegar á discutir e refletir as situações do cotidiano escolar, a fim de desconstruir preconceitos, estando aberta as demandas educacionais da comunidade escolar, principalmente de educanda, educando, professoras e professores para construção de uma sociedade mais humanizada, priorizando os direitos humanos em todos os espaços, sejam elas no seio familiar, nas unidades escolares, associações, ONGs em todos os espaços possíveis a sensibilização para a conscientização de uma sociedade menos sexista, mais solidária e amorosa para com todas as pessoas . Segundo Sacristán (2000) a escola do século XX requer muito mais que transmissão de conteúdos do currículo, mas uma educação que prime pelo conhecimento e que este seja transformado assegurando assim a cidadania plena de todas as pessoas.

[...] como um direito universal do homem e da mulher, e particularmente da criança, um componente da cidadania plena. A cultura, como acesso à educação ilustrada dignifica o ser humano, na medida em que através da escolarização o cidadão exerce seu direito de acesso à livre expressão, à participação política, o direito ao trabalho nas profissões modernas, e toda a qualidade de vida proporcionada por estes condicionantes (SACRISTÁN,2000,P.2).

O dialogo e a reflexão sobre gênero na comunidade escolar tem a finalidade de desconstrução de conceitos, concepções, opiniões e posições muitas vezes discriminatórias, preconceituosas, a fim de construir novos valores, ampliando conhecimentos para considerar,

respeitar os diversos grupos sociais. A referência ao uso histórico da categoria gênero de análise como “mulher”, ‘mulheres’, ‘gênero e sexo através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays, lésbicas. Apresentando como estas categorias de análise tem sido construída.

Para Weber (1991), dominação é um ponto crucial. As relações sociais se mantêm por conta da dominação e da produção da legitimidade desta. Toda dominação, interesse, ou vontade de obedecer, podem estar vinculados a dar obediência à alguém, seja por costume, por afeição ou por interesses materiais e ideais.

As relações de gênero se perpetuam através da reprodução social, sendo transmitida por várias gerações e também relacionam a diferença das relações de poder entre os sexos, percebem-se então grandes desafios a serem enfrentados no que tange as relações sociais, buscando mudar seus discursos sexistas e hierarquizados da representação de gênero na sociedade.

Constatou-se que essas questões buscam a reflexão com a finalidade de desconstrução de estigmas de submissão, violências aceitas em prol da continuidade da estrutura familiar, ou um jogo político de adestramento cada vez maior e de subserviência das mulheres.

A luta por igualdade não está mais limitada às arenas políticas e econômicas. Vários direitos estão sendo definidos e demandados, por diversos grupos na Conferência de Direitos Humanos de Viena em 1993.

A temática discutida dá ênfase a necessidade de identificar as categorias encontradas no meu cotidiano escolar sobre gênero, como nós professoras, professores e alunos trabalharam com a questão. Essa diversidade muitas vezes gera muitos conflitos e debates acalorados, também os grupos não querem discutir tais questões por preconceito e discriminação, ou não querem se comprometer com o estudo de tais temáticas, à medida que devem dar suas contribuições, bem como um retorno social para a comunidade escolar.

Acredita-se que somente no enfrentamento, no estudo e trabalho em conjunto poderemos modificar essas estruturas. O Estado de Santa Catarina contempla as leis propostas em âmbito nacional e regional dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que prevê estarem presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), as temáticas de educação e diversidade na escola, mas na maioria das vezes, essas temáticas, não são trabalhadas sequer consideradas.

A profissão do magistério é um exemplo factível dessa situação, de maioria feminina, é desrespeitada por governantes, pais, alunos com discursos pejorativos, culpando-

nos a todo o momento pelos baixos índices que o educando tem tido nos exames nacionais, que nossa metodologia adotada é errada, que somos despreparados para trabalhar com os anseios dessa geração Z (geração que nasceu no advento da internet e no boom tecnológico), para eles através do diálogo na unidade escolar, ou parcerias com setores da assistência social ou psicólogos, quando este foge a nossa alçada. As mazelas sociais são muitas e atualmente é na escola que tem que resolver e buscar solução, e nós professoras muitas vezes somos reprimidas ou até mesmo ameaçadas pela atual conjuntura nacional.

Considerando o conceito de Gênero como sendo uma categoria de análise entre as relações de masculinidade e feminilidade e sua análise de sociedade nas relações de poder. Indicar o manual do estado do Rio Grande do Sul para o uso não sexista da fala, sendo esse documento uma maneira de pensar e reconhecer as pessoas de forma igualitária. Acredita-se que construindo e realizando essas intervenções, a comunidade escolar estará sensibilizada para a mudança de comportamento, a fim de adotar práticas metodológicas e atitudinais na construção contínua desses processos educacionais, sendo esse um processo permanente.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA.

3.1 TIPO DE ESTUDO.

O estudo realizado foi quantitativo e qualitativo, com o uso do questionário respondido por vinte sete professores num total de cinquenta, no qual mais de cinquenta por cento foi respondido. Alcançando inicialmente o objetivo da pesquisa de campo, que visou sensibilizar a comunidade escolar para construir um novo olhar sobre a fala e linguagem utilizada. Há necessidade de que a comunidade escolar repense suas práticas, e retirem o determinismo biológico dos padrões de gênero que mantém mulheres e homens acorrentados a determinados comportamentos para cada sexo.

A escola deve propor a contribuir com o desenvolvimento humano pleno, o que pressupõe assumir o desenvolvimento social e, nesse sentido, fazendo-se necessário respeitar as diferenças, mas, sobretudo, construir cidadania e contribuir para a concretização dos direitos fundamentais de todo ser humano. [...] Aos educadores e educadoras refletir sobre as práticas educacionais, buscando não reforçar preconceitos, discriminações e violências de gênero, assumindo para si como um dos objetivos da educação o enfrentamento das inúmeras formas de violência, a promoção da equidade de gênero e o respeito à diversidade (CARVALHO, 2009, P.14).

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Educador e Educando da escola pública estadual de ensino fundamental (séries final e médio), estando localizada em um município do extremo sul catarinense, base econômica agrícola, com sete mil habitantes, sendo que aproximadamente dois mil habitantes residem na sede, e os demais distribuídos entre as onze comunidades que fazem parte desse município. Os grupos étnicos que constituem essa população na sua maioria descendente de portugueses, italianos, alemães, com uma minoria de negros.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DE ESTUDO

Amostragem de professores que responderam na escola o questionário sobre a temática da fala e da linguagem ser sexista. Alunos das turmas 701, 702, 202, trabalharam a problemática da violência, preconceito e discriminação.

3.4 COLETA DE DADOS

Primeiramente foi Introduzida a temática de linguagem e fala com a realização da leitura de textos sobre Índice de desigualdade de gênero- IDG no mundo, Brasil é em Santa Catarina com os alunos dos 701, 702, 202, e trabalharam os conceitos e significados dos índices IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), IDG (Índice de Desigualdade de Gênero), sexismo, preconceito, discriminação, xenofobia, violência contra as minorias em especial a mulheres.

Logo após anotamos as fala a partir das mesmas e quais acharam sexistas, preconceituosas e discriminatórias.

Coletamos musicas de vários estilos e anotamos palavras que eles acham preconceituosas e discriminatórias em relação à desigualdade de gênero.

Fizemos levantamento na internet sobre pessoas que foram discriminadas com palavras sexistas e listamos as palavras faladas com sentido discriminatório e sexista, fizemos cartazes com essa temática e colamos na parede da sala de aula para que todos pudessem ver.

Realizamos levantamento das palavras faladas dentro da sala de aula e em outros ambientes na unidade escolar, que caracterizam preconceito e discriminação com todos os atores envolvidos, classificando quando ao sexo e as palavras usadas.

Foi feito uma amostragem aplicando um questionário fechado para os educadores sobre fala, linguagem, gênero, sexismo em relação à mesma.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Já com o questionário respondido pelos professores, construir gráficos, analisando o conhecimento que os mesmos possuem sobre o tema das relações de gênero, sexismo, fala e linguagem. Fazer um rol com todas as palavras citadas e qualificadas como sexistas e substituí-las por outras palavras não sexistas, com o auxílio de manuais para o não uso sexista da linguagem encontrado facilmente na *internet*.

3.6 ROL DE FALAS E PALAVRAS DISCRIMINATÓRIAS EM RELAÇÃO A GÊNERO ESCUTADAS NA UNIDADE ESCOLAR.

Pelo menos isso;

A mais puta que tem;

Putta que pariu;

Monte de mulher junta (falam demais),

Anita só tocava sapatinho Ra uma prostituta, puta ela não é heroína;

Dá um soco para quebrar os dentes (aluno fala para aluna);

Quem está pegando fogo (fala a aluna);

Não tem desconfiança cara de Pau (menina fala);

Ruiva falsa (fala menino);

Ele esta usando uma tiara parece uma bichinha (aluno fala p colega);

Negra encardida, fedida (fala aluno) ;

Você e preconceituoso (fala aluna);

Abre a porta só se o carro for novo ou a mulher nova;

Vai aprontar ou esta aprontando;

Esta de short esta com fogo no rabo;

Isso não é coisa feminina, ela é sapatão, vive com outro é castigo;

Mulher não dá conta no trabalho braçal (aluno);

Profª tem salário muito bom para o que fazem, só falam e ficam sentadas (alunos);

Professorinha de merda (aluna (o));

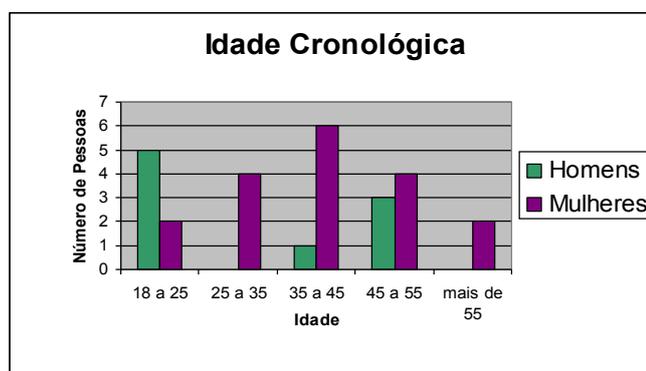
Ela não é nada minha para me chamar atenção, minha mãe e meu pai disseram para responder só quem manda em mim são eles (aluno(a)).

A gente serve de incubadora (referindo a gravidez).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Muitas vezes o uso da fala e da linguagem tem servido para discriminar, estigmatizar grupos de pessoas, com a intenção de perpetuar o poder hierárquico do paternalismo e machismo instituído socialmente, inclusive nas diferentes classes sociais, principalmente entre os gêneros, seja em nível de Brasil e mundial. Os embates diários para que tenhamos uma equidade, entre homens e mulheres fazem-se necessária frente às atitudes, comportamentos e discursos sexistas que permeiam todos os ambientes sociais. Observando as falas no dia a dia, resolveu-se utilizar um questionário como instrumento para quantificar e qualificar qual a percepção do professorado no ambiente escolar, sobre as falas e linguagens sexistas em relação a gênero. Desvelar esses conceitos, preconceitos e conhecimentos sobre a temática é de fundamental importância para construirmos uma educação, que prime pelo respeito às diferenças e equidade de gênero. O questionário serviu para nortear as repostas e algumas conclusões que os educadores têm sobre a temática.

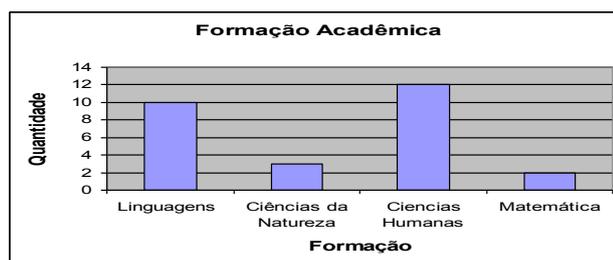
Gráfico 1 - Total de professoras e professores que responderam ao questionário



Fonte: Da autora (2016).

O público alvo foi de 50 pessoas todos da unidade escolar, englobando o professorado, os assistentes técnicos pedagógicos, grupo diretivo, serventes. A dinâmica utilizada para entrega do questionário foi no plantão pedagógico, quando foi entregue o mesmo, sendo que no final da reunião foram devolvidos e respondidos 27, dessa forma facilitando muito o desenrolar da pesquisa, para dar prosseguimento a análise dos dados. Desse total 27 responderam se identificando quanto ao sexo biológico e percepção de gênero, sendo que 18 são mulheres e 9 homens. Com idade entre 18 e 55 anos. Percebe-se que a maioria das profissionais da unidade escolar que responderam ao questionário são mulheres, somente alguns professores homens responderam ao questionário. Já 18 profissionais não devolveram o questionário, 5 professoras não quiseram participar, falando que estavam cansados e também não tinham interesse sobre a temática, dizendo que agora tudo que se fala leva a discriminação, num tom irônico, se posicionando contrários a esse tipo de estudo. Sendo que já havia explicado a importância dessa discussão para todo o corpo docente e discente. Constata-se que um grupo de professores e professoras que não devolveram o questionário, mesmo sabendo do prazo estipulado e que foi prorrogado para devolução, dando desculpas como esqueci em casa, alguns entregaram sem responder justificando o explicado acima, o que denota falta de conhecimento e/ou receio em se posicionar em relação à temática até mesmo mostrando-se preconceituosos.

Gráfico 2 - Formação Acadêmica



Fonte: Da autora (2016).

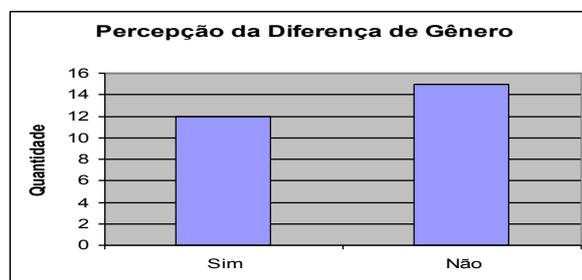
Quanto à formação acadêmica, 10 pessoas têm formação na área das linguagens, 3 na área das ciências da natureza, 12 nas ciências humanas e 2 em matemática.

Gráfico 3 - Discussão das relações de gênero na escola



Fonte: Da autora (2016).

Gráfico 4 - Percepção da diferença de Gênero na escola



Fonte: Da autora (2016).

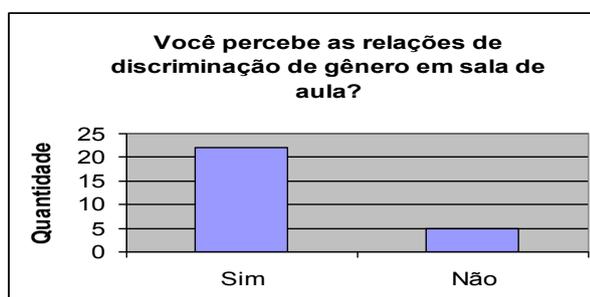
No que concerne aos questionamentos cujos dados foram apontados nos Gráficos 3 e 4, sobre o professorado discutir as relações de gênero na escola, 21 participantes disseram que "Sim" e 6 disseram que "Não". Percebe-se, portanto, um equilíbrio nas respostas se considerarmos a questão referente ao Gráfico 4, quanto à diferença nas relações pessoais entre o/a participantes e a comunidade escolar pelo fato de ser homem, mulher, homossexual ou outro. Nessa questão, 12 pessoas disseram que "Sim" e 15 responderam que "Não". Porém, quanto aos relatos de alguma situação que lembrava sobre ter percebido essa diferença, foram citados alguns exemplos com relação a conflitos entre alunas, alunos e professorado, dentro da escola e da sala de aula, entre eles: assédio moral, o uso de piadas machistas e gestos

obscenos a fim de constranger e intimidar as colegas. Também houve comentários feitos por professoras que demonstravam a percepção de que alunos respeitam mais os professores que as professoras.

Também houve manifestação sobre a maneira de agir das alunas, sobre comportamentos de alunos diferentes quanto ao seu gênero, ou seja, mais explícito no jeito de se comportar como homossexuais, quanto ao posicionamento de algumas pessoas que possuem uma visão de mundo diferente da maioria, frente a sociedade em que está inserida e discriminada. Houve manifestação sobre o peso da opinião do homem geralmente prevalecer, em qualquer situação sobre a opinião da mulher, até mesmo no ambiente a maioria do público é feminino.

Na nossa região, os cargos mais conceituados em empresas públicas ou privados são ocupados por homens (cooperativas, bancos, sindicato). Na fala de uma professora observou-se: “*Você é homem, é bom por ser professor de Educação Física*”. Já na fala de um professor houve quem dissesse que por ser homem é requisitado para trocar lâmpada porque é coisa de homem, verificando-se também a construção e definições dos papéis na sociedade local, reforçando estigmas pré-concebido sobre os afazeres destinado aos gêneros.

Gráfico 5 - Percepção sobre discriminação de gênero em sala de aula



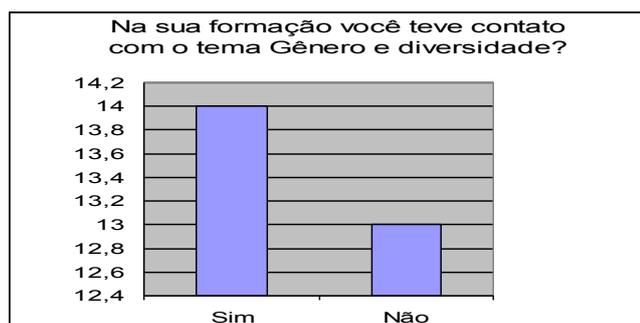
Fonte: Da autora (2016).

Quanto às relações de discriminação de gênero em sala de aula verifica-se que 22 pessoas responderam que “Sim” – há discriminação; e cinco responderam “Não”.

Alguns exemplos inclusive foram citados, geralmente na forma de piadas entre alunos e colegas, em relação às características (trejeitos) homossexuais, *bulling*, etc; Quando as ideias são divergentes em relação a maioria, ocorrem momentos de discussão, brincadeiras e palavras com manifestações de discriminação das pessoas com menor poder aquisitivo; Quanto às tarefas que requerem mais cuidados e capricho que são sempre direcionadas às meninas, além de comentários espontâneos sobre a letra e capricho de um aluno, que parece ser de uma menina. Além da manifestação de adjetivos como: *gordo, magro, bonito, feio* e da

presença da cultura machista, quando um aluno tem atitude ou comportamento contrário ao seu sexo biológico e da restrição quanto ao sexo, por exemplo: “ela é menina, não pode fazer tal coisa”. Também na formação de grupos e duplas para trabalhos, percebem as formações: aluna-aluna, aluno-aluno, professoras e professores excluídos.

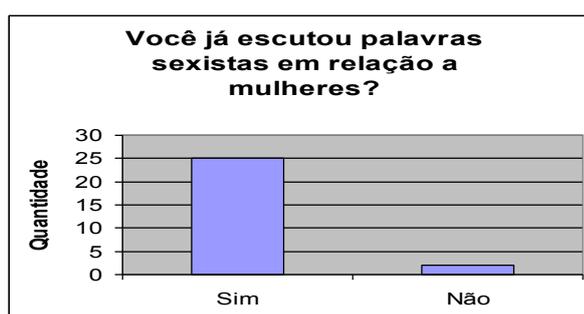
Gráfico 6 - Formação sobre a temática de gênero e diversidade



Fonte: Da autora (2016).

Quanto a cursos de formação, a maioria revela que já tiveram contato com a temática “ Gênero e Diversidade”, 14 disseram que Sim e 13 Não. É visível no cotidiano escolar essa diferença, pois os comentários são os mais diversos quanto à orientação sexual tanto das alunas, alunos, professoras e professores, não se percebem que os cursos de formação tenham ajudado na mudança de atitude, que reflita de maneira positiva nas intervenções na unidade escolar, pois são ações paliativas.

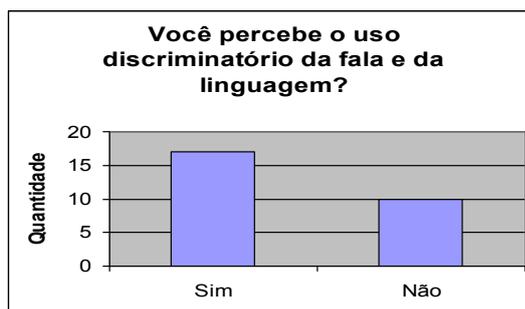
Gráfico 7 - Palavras sexistas em relação às mulheres.



Fonte: Da autora (2016).

Considerando o conteúdo do Gráfico 7, percebe-se que as pessoas, na sua maioria das vezes, já escutaram palavras sexistas em relação ao gênero, principalmente com relação às mulheres pois, 25 pessoas responderam Sim e somente duas Não.

Gráfico 8 - Percepção sobre o uso discriminatório da fala e da linguagem



Fonte: Da autora (2016).

Já quanto ao Gráfico 8, sobre a percepção do uso discriminatório da fala e da linguagem, 17 participantes responderam Sim e 10 responderam Não. Esse comparativo indica que nem sempre, as pessoas têm consciência da fala e da linguagem quando esta é discriminatória, pois já está enraizado na sociedade. Observa-se que no cotidiano, quando essa temática é abordada, há uma retórica de algumas pessoas que alegam que é preciso ter cuidado com tudo o que se diz, pois os “politicamente corretos de plantão” estão sempre dispostos a arrumar confusão sobre isso.

As palavras e expressões: *Vagabunda, puta, boa, gostosa, mulher sexo frágil, loira, nega, machorra, sapatão, gay, bicha, boiola, viado, viadinho, filha da puta, trabalho para homens e trabalho para mulheres, mulher não sabe dirigir, em relação às roupas de mulheres que algumas pessoas julgam inadequadas, isso é coisa de mulher, homem não pode, homens são machistas, mulheres são sensíveis não servem para determinadas funções, barata branca, trair é da natureza masculinamas não da feminina, mulher deve ser responsável pela casa, a mulher é submissa ao homem, lugar de mulher é na cozinha, xingamentos verbais entre os gêneros*; são exemplos do que se escuta no cotidiano escolar, indicando que o sexismo pode ser praticado por homens e mulheres.

A discriminação pode ser baseada em sexo e gênero, geralmente afetando mais mulheres e meninas e associado a estereótipos, papéis de gênero, em que a superioridade do sexo masculino é proposta em detrimento ao feminino, o que são manifestações discriminatórias e preconceituosas.

Trajes (roupas) e trejeitos, palavrões agressivos, na forma de se expor, palavras como lésbica, sapatão, viado e gay, na entonação em que se fala sobre as mulheres, as já citadas nº9, ainda a fala masculina se sobressai à feminina (a Bíblia, por exemplo, possui linguagem machista), julga-se normal quando os meninos falam palavrões, já as meninas são

identificadas como vulgares quando usa esse tipo de linguagem, as meninas sofrem mais com isso e quando falam são mais discriminadas, pois os meninos são machistas.

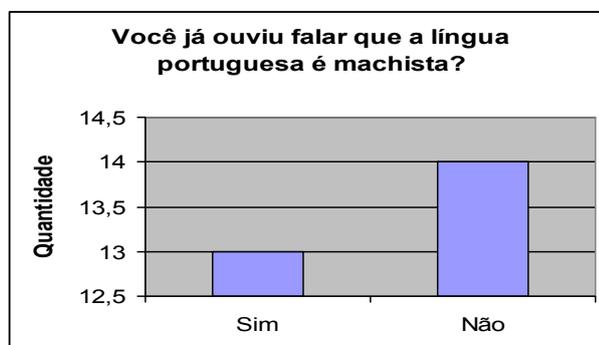
Gráfico 9 - Estudo sobre o sexismo.



Fonte: Da autora (2016).

Considerando o gráfico acima sobre a temática do sexismo na linguagem, 18 pessoas responderam Sim e 9 responderam Não, mas não esclareceram como se deu esse estudo.

Gráfico 10 - Machismo na Língua Portuguesa



Fonte: Da autora (2016).

Conforme apontado no Gráfico 10, quando questionamos sobre entenderem a Língua Portuguesa como machista, 13 pessoas responderam que Sim e 14 responderam que Não. Alguns exemplos foram citados pelas pessoas que responderam "sim" a esta questão e estão dispostos a seguir:

- Uso da palavra "alunos" (quando possuímos homens e mulheres, filhos, irmãos, amigos, dos dois sexos);

- Sempre no plural quanto à referência a homem e mulher, prevalece a linguagem masculina;
- O homem para falar de humanidade;
- O fato de “homem” se referir a homens e mulheres;
- Esse trabalho é só para homens quando se refere a alguma atividade laboral;
- Quando se refere à plural o masculino prevalece e além disso a maioria das palavras se referem ao masculino quando se generaliza;
- Todo homem é mulherengo e todo *gay* e promíscuo;
- É mulher então não sabe dirigir.
- A mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque;
- Palavras utilizadas para menosprezar mulheres, homossexuais tais como “vaca”, “galinha”.

Considerando as respostas acima, percebe-se que as pessoas têm consciência das falas e de como nossa sociedade é machista, preconceituosa e discriminatória.

Gráfico 11 - Uso de linguagem menos sexista



Fonte: Da autora (2016).

Quanto a usar uma linguagem menos sexista, 21 pessoas responderam que “sim”, é possível e 4 disseram que “não”; houve duas abstenções. Houve uma leve discussão em relação ao uso da escrita e da oralidade, sobre a maneira correta da Língua Portuguesa e sobre o fato do *Manual para o não uso sexista da linguagem* ter um viés político partidário e, por isso, não deveria servir de parâmetro para o ensino da Língua Portuguesa. Também se falou sobre as normas de unificação da escrita, entre os países que falam a Língua Portuguesa que já estão de bom tamanho, inclusive que as diferenças entre os gêneros existem sim e não se vê necessidade de mudar essa questão na hora de ensinar, somente quando os conflitos acontecem deve-se intervir.

Constantemente se escuta e vê mulheres sendo agredidas verbalmente em cadeia nacional através das mídias e nos embates políticos, seja no Congresso Nacional ou nas disputas para eleições, em que alguns candidatos e candidatas referem-se a sua adversária – candidatas que estão concorrendo a cargos públicos, com palavras e xingamentos referentes à sua orientação sexual, sobre fugir do padrão de beleza estipulados por eles, ou por não ser casada e não constituir “família tradicional” estipulada pela sociedade, num tom de misoginias e misandrias.

No entanto, a fala e a linguagem são construções socioculturais nas quais está impressos o pensar e agir das pessoas. Como poderemos desconstruir esses sexismos se não mudarmos a forma de aprendizado da Língua Portuguesa, como tem sido feito com as demais disciplinas do currículo. Para nos relacionarmos através da fala e com atitudes que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária entre os gêneros, a escola constituiu-se de um lugar privilegiado, para a construção de pessoas e do conhecimento, com a finalidade de humanizar e formar sujeitos mais autônomos e solidários.

Com relação à última questão apresentada aos participantes da pesquisa, foi respondida por 13 professoras e 6 professores. Tratava-se de pergunta aberta, para que as pessoas pudessem fazer suas considerações finais, sobre a proposta de construir uma sociedade menos sexista, a partir do ambiente escolar, buscando um ensino menos sexista em relação às mulheres, visando à transformação cultural.

No decorrer das respostas ao questionário, não se percebe muita diferenciação no uso da linguagem das professoras e professores, praticamente falam a mesma coisa, somente na última questão (a de número 14) é que a subjetividade se faz necessária. É interessante a consciência e a urgência que o professorado, alunas e alunos percebem da necessidade de mudança de postura quanto à fala e à linguagem.

Podemos construir uma sociedade melhor, onde as mulheres tenham seus direitos respeitados. É urgente que o trabalho realizado em sala de aula, tenha reflexo nas famílias para a mudança de atitude. Percebe-se que em algumas respostas, a cultura machista está tão arraigada, que mesmo as professoras e professores têm dificuldades de discutir e buscar essas mudanças, por conta de estarem culturalmente inseridos e por manifestarem pensamento hierarquizado sobre as funções, em relação a gênero.

As professoras e professores na sua maioria percebem o machismo e os sexismos nas ações e falas na comunidade escolar. As palavras elencadas pelas professoras e professores, quando escutadas ou faladas, na sua maioria são num sentido pejorativo em

relação ao gênero feminino. Somente poucas professoras e professores percebem, de fato, o uso da linguagem sexista como sendo fruto de uma construção cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de gênero faz referência às relações sociais entre mulheres e homens, portanto, pode ser transformada, independente de estar arraigada nela o machismo e o paternalismo social.

A educação possui papel essencial para a mudança cultural, sendo urgente o engajamento de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a fim de ter acesso a livros, artigos, manuais, para estudar e construir uma prática de ensino que prime para sensibilização de práticas mais respeitosas e igualitárias, entre os gêneros começando pela linguagem (incluindo a fala) em todas as disciplinas curriculares.

Mesmo existindo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e as PPPs (Proposta Política Pedagógicas) nas escolas, legislações gerais e específicas para trabalhar temas transversais no currículo escolar, orientações e cursos de formações para professoras e professores, percebe-se na escola, o uso recorrente de pedagogias excludentes por parte de estudantes, e educadoras e educadores diante de expressões de gênero.

A pedagogia do insulto é visível e percebida através dessa pesquisa, dentre as tantas falas e palavras ditas e descritas, por todas as pessoas envolvidas na análise de dados.

Costumeiramente, a escola afirma que estudantes se evadem dela. Berenice Benito se contrapõe a essa ideia afirmando que estudantes que são submetidos a esse tipo de pedagogia não evadem da escola, mas sim expulsos (LOPES, 2008).

Essas considerações colocam em questão, a importância da temática e a necessidade de usar e construir recurso didático que facilite o uso correto da língua e da fala, uma ferramenta clara e simples, que sirva para a implantação do uso de uma linguagem inclusiva nas práticas falada, escrita e comportamental nos locais onde trabalhamos. Pretendemos contribuir para diminuir e até eliminar o uso de linguagem sexista, preconceituosa e discriminatória. E a partir daí construir e utilizar uma alternativa de uso correto da fala e da língua que contribua para a equidade de gênero.

[...] educar para a diversidade não significa apenas reconhecer as diferenças, mas refletir sobre as relações e os direitos individuais e coletivos.” (GRAUPE; GROSSI, 2014, P.29). Considero fundamental “Que a escola seja um lugar de (re) criar e politizar a vida social, de compreender a necessidade de não separar cognição e corpo, de se livrar de discursos binários aprisionadores, de se questionar ininterruptamente e se preocupar com justiça social e ética (LOPES, 2008, p.144).

A análise aqui realizada indica que a escola tem responsabilidade sobre suas práticas, considerando o questionário e a última questão de número quatorze com respostas abertas, na qual as falas das professoras e professores deixam visível a necessidade dessa discussão na sociedade e comunidade escolar, devendo buscar e propor espaços para reflexão sobre o discurso de gênero, formações para professoras e professores, alunas e alunos, e também seus familiares. Dessa forma poderá inovar e inserir toda a comunidade local, sensibilizando e discutindo a temática, dando visibilidade às mulheres, meninas e seus direitos enquanto cidadãs.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia clínica*, 2005, 17, 2, 41-52.
- BRAGAGNOLO. Ingrid Regina, LAGO Mara Coelho de Souza E RIFIOTIS Theophilos ;**ESTUDO DOS MODOS DE PRODUÇÃO DE JUSTIÇA DA LEI MARIA DA PENHA EM SANTA CATARINA**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2): 352 maio-agosto/2015.
- CASTANHO. Graça- Universidade dos Açores -A Linguagem Sexista: Perpetuando Desigualdades Noites da Igualdade – CIPA-2007-08-31
- CEFEMEA- Centro Feminista de estudos e Assessoria-2007by CFEMEA.
- GRAUPE. Marieli E, SOUZA. Lúcia A. Búrgio. Gênero e educação. Especialização em Gênero e Diversidade na escola, Livro II – Módulo II. Florianópolis: Copyart, 2015. p.111-120.
- GROSSI; Miriam: **Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal**. 2012-03-15 <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1248>.
- MAGGIE, Yvonne. **Noções de Raça, Racismo, Etnicidade e Desigualdades Raciais pela Igualdade**. Especialização ead em Gênero e diversidade na escola, Livro IV – Módulo IV. Florianópolis: Copyart, 2015. p. 21 - 46.
- [PDF] [Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem - Secretaria de ...](http://www.spm.rs.gov.br/.../1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista.pdf)
www.spm.rs.gov.br/.../1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista.pdf
- MANUAL. PARA O USO NÃO. SEXISTA DA LINGUAGEM. 11. Pensar a linguagem como um elemento. Administração pública apresentou o Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista.
- PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. *Topoi*, Jun, 2011, vol.12, no.22, p.270-283 .ISSN 2237 -101x
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica**. *História* [on line]. 2005, vol,24,n1,p.77-98. INSS.1980-4369-<http://dx.doi.org/10-1590/so101-9074200500010004>.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORAS E PROFESSORES.

1-Sua idade: () 18 a 25 () 25 a 35 () 35 a 45 () 45 a 55 () mais de 55.

2-Seu sexo biológico: () macho/homem () fêmea/mulher () transexual.

3- Quanto ao gênero como você se percebe: () masculino () feminino () outro

4-Formação: () linguagem () ciências da natureza () ciências humanas () matemática

5-Você trabalha as questões de gênero na escola em que atua? () Sim () Não

6-Você percebe a diferença nas relações pessoais entre você e a comunidade escolar pelo fato de ser homem, mulher, homossexual ou outro? () Sim () Não

Relate alguma situação que você lembra e percebeu essa diferença.

7-Você percebe as relações de discriminação de gênero em sala de aula? () Sim () Não

Justifique: _____

8- Na sua formação você teve contato com o tema Gênero e diversidade? () Sim () Não

9-Você já escutou palavras discriminatórias em relação a mulheres, homens. () Sim () Não

Cite: _____

10- Você percebe o uso discriminatório da fala e da linguagem: () Sim () Não

Quais: _____

11-Você já ouvi ou leu sobre linguagem sexista? () Sim () Não

12-Você já ouviu falar que a língua portuguesa é machista? () Sim () Não

Poderia dar m exemplo. _____

13-É possível uma linguagem menos sexista? () Sim () Não

14-Qual e sua opinião a respeito dessa proposta?

APÊNDICE 2 – RESPOSTAS À QUESTÃO 14

MULHERES

1. Já ouvi falar em sociedade, cultura machista, mas não em linguagem sexista;
2. Acredito que seja necessária uma maior valorização das mulheres e a inclusão da possibilidade do uso para ambos os sexos no caso de homossexuais,
3. Trabalhar estas questões com mais abertura em sala de aula e no dia a dia. Nosso dever!
4. Interessante e é algo que deve ser trabalhado em sala de aula,
5. É uma proposta bem polemica, mas deveria ser trabalhada e discutida nas oportunidades que se apresentam como livros filmem;
6. É uma proposta que deve ser trabalhado mais, principalmente em sala de aula;
7. É muito importante a desconstrução dessa sociedade machista para que se possa viver com mais dignidade e respeito, exercendo de verdade os direitos constitucionais;
8. Acredito que todas as escolas já trabalham gênero e diversidade, mas isso deve continuar cada vez mais é uma questão de necessidade;
9. Bem interessante, pois tratar desse assunto é muito válido, pois aprendemos como conviver e trabalhar com a diversidade de gênero;
10. Penso que já foi mais discriminada, e hoje já não tem tanta discriminação. Quanto à proposta acho que devemos nos respeitar mais;
11. Minha opinião é que haja o respeito mutuo. Isso é à base de tudo;
12. Isso depende de cada cultura; Deveriam ser criados termos neutros para se referir a grupos com ambos os sexos,
13. .Valorização de forma desigual entre homens e mulheres na sociedade,
14. Basear as relações pessoais e sociais no respeito, na compreensão e na cooperação.

HOMENS:

1. Interessante. Acredito que a diferenciação entre os sexos é positiva. É uma proposta igualitária;
2. A realidade demonstra que a cultura machista predomina até mesmo na linguagem portuguesa. A proposta tem um objetivo de mudar a cultura, onde o preconceito é manifestado nos atos, falas, frases diariamente;
3. Ainda existe uma questão cultural muito forte nesse tema que precisa ser trabalhado dentro do berço e todas as etapas de transformação,
4. Achei bacana, pois na sociedade de hoje é fundamental discutir esse tema,
5. O professor para amenizar esse problema deve trabalhar enquadrado em uma proposta crítica da educação para discutir o assunto e fazer com que os educandos reflitam sobre.
6. Interessante;